

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1497/96. Referência: Terra Indígena TUPINIQUIM. Interessado: Grupos Indígenas Tupiniquim e Guarani MByá. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1497/96, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos Carlos Augusto da Rocha Freire e Maria Elizabeth Brêa Monteiro, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena TUPINIQUIM, de ocupação dos respectivos grupos tribais Tupiniquim e Guarani MByá, com superfície e perímetro aprovados de 14.270 hectares e 53 km respectivamente, localizada no município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.
2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.
3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

JÚLIO MARCOS GERMANY GAIGER

RESUMO DO RELATÓRIO DE REESTUDO DA IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS CAIEIRAS VELHAS E PAU BRASIL, CONSTITUINDO A TERRA INDÍGENA TUPINIQUIM, ADEQUADO À PORTARIA Nº 14/MJ/96.

Referência: Processo nº 08620.1497/96, vol. 1 a 6. Denominação Terra Indígena Tupiniquim. Localização: Município de Aracruz. Estado: Espírito Santo. Superfície: 14.270 ha. Perímetro: 53 km. Sociedade Indígena: Tupiniquim e Guarani MByá. População beneficiada: 896 tupiniquins; 169 Guarani MByá. Delimitação: Grupo Técnico (GT) Portaria nº 783/PRES, de 30 de agosto de 1994, coordenado pelo antropólogo Carlos Augusto da Rocha Freire.

Originariamente Tupi, os Tupiniquim agora falam apenas a língua portuguesa. Já os Guarani-Mbyá falam o dialeto Mbyá da língua Guarani. Das três Terras Indígenas Tupiniquim existentes, duas delas, Caieiras Velhas homologada pelo Decreto nº 88.926, de 27 de outubro de 1983 com 1.519 ha, e Pau Brasil homologada pelo Decreto nº 88.672, de 5 de agosto de 1983 com 427 ha, deverão ser unificadas num terceiro território, constituindo no futuro apenas a Terra Indígena Tupiniquim. Na Terra Indígena Caieiras Velhas, toda a população Tupiniquim está localizada em duas aldeias, Caieiras Velhas e Irajá, a primeira no centro e a segunda no limite oeste. Nessa Terra Indígena habitam ainda os Guarani-Mbyá, na aldeia de Boa Esperança, localizada ao sul da área. Na Terra Indígena Pau Brasil, toda a população Tupiniquim está concentrada na aldeia Pau Brasil. A atual configuração populacional dessas duas Terras Indígenas é consequência direta de um processo conflituoso frente a um grande projeto econômico de reflorestamento e produção de celulose, que resultou na redução dos territórios tradicionais Tupiniquim.

HISTÓRICO

Os Tupiniquim

Os Tupiniquim (Tupinaquim, Magayá, Tuyá), grupo pertencente ao tronco lingüístico Tupi, ocupam, desde tempos imemoriais, a faixa litorânea brasileira, juntamente com os Goitacazes (Waitaká), Tamoiós e Temiminós, entre outros.

No século XVI, os Tupiniquim ocupavam faixa de terra situada entre Camamu, na Bahia, e o rio São Mateus, no Espírito Santo. Outros grupos Tupiniquim situavam-se mais ao sul, na região entre Angra dos Reis e Cananéia. John Hemming estimou a população Tupiniquim, localizada entre o Espírito Santo e Ilhéus, em 55.000 pessoas, nos primeiros anos da colonização. Sendo um grupo costeiro, os Tupiniquim sofreram todo o impacto do processo de conquista.

Vários cronistas e viajantes, como o alemão Hans Staden, reportaram as ações bélicas ocorridas entre os Tupiniquim e os Tupinambá, no século XVI. A resistência dos Tupiniquim à ação repressiva de portugueses e missionários jesuítas, com vistas à alteração das tradições indígenas e escravização dessas populações, determinou, muitas vezes, o seu aniquilamento. A Guerra de Ilhéus, quando o Governador Mem de Sá destruiu e queimou inúmeras aldeias Tupiniquim, é um exemplo da violência que se espalhou pelo litoral brasileiro e da qual não escapou o Espírito Santo.

A área habitada pelos Tupiniquim foi também alvo da iniciativa missionária e de instalação de aldeamentos jesuítas como São João, N. Sª da Conceição (Serra), N. Sª da Assunção ou Rerigibá (Anchieta). Na região do rio Piraquê-Açu, onde se concentravam os Tupiniquim, o padre Afonso Brás fundou, em 1556, a Aldeia Nova, transferida, em 1580, para o aldeamento dos Reis Magos (Iapara) de maioria Tupiniquim. A mudança, provocada, segundo alguns autores, por um surto de varíola e, segundo outros, por uma praga de formigas, diminuiu drasticamente a população da aldeia que passou a se chamar Aldeia Velha, onde se situa, atualmente, o município de Aracruz.

Em nome dos índios desses aldeamentos, o jesuíta João Martins, em 1610, requereu ao governador da capitania uma sesmaria que foi concedida "no sítio chamado na língua de terra Iapara para a banda da Aldeia de São João seis léguas, e para a banda do mar a que se achasse, e para o sertão outras seis léguas, de modo que o Iapara para todos os rumos fizesse sempre seis léguas em quadra."

Em 1760, procedeu-se à medição da sesmaria, através do Termo de Concerto e Composição, ficando estabelecidos os limites dos domínios indígenas pela Sentença de Medição e Demarcação Amigável que assinalava não haver foreiro algum dentro das terras medidas e demarcadas; "medido e demarcado a partir de um lugar chamado Patranha (entre Jacaraípe e Capuaba) indo até Comboios, tendo por extensão, em direção norte-sul, pela costa do mar, nove léguas e novecentos e seis braças e meia (61,4 km) e seis léguas (39,9 km) para o sertão, correndo o rumo de leste-oeste."

A ação dos jesuítas fez surgir diversas vilas no Espírito Santo. Em Nova Almeida, os missionários chegaram a aldear 3.700 índios. Com a expulsão da Companhia de Jesus do país, em 1759, essa vila entrou em processo de decadência com os índios refugiando-se nas matas do interior ou nas vizinhanças em torno da Aldeia Velha e de Piraquê-Açu. Ignácio Mongiardino, governador da Capitania do Espírito Santo, em relatório do final do século XVIII, descreve a composição demográfica da vila Nova Almeida (antigo aldeamento dos Reis Magos) majoritariamente de índios e de alguns poucos escravos.

A partir do século XIX, as notícias sobre os índios do Espírito Santo, em especial sobre os Tupiniquim, se tornam mais numerosas. Destacam-se os relatos de Francisco Manuel da Cunha que se refere à povoação de Piraquê-Açu, também conhecida pelo nome de Destacamento, composta unicamente de índios, assim como a vila de Nova Almeida, cujo Senado da Câmara e capitão-mor eram índios. A conversão de alguns índios em "soldados" e "autoridades" foi registrada pelo botânico Auguste de Saint-Hilaire durante sua viagem ao Espírito Santo em 1818, quando observou as condições de sobrevivência dos índios da região.

Durante sua viagem à Província do Espírito Santo, em 1860, o imperador D. Pedro II esteve em Nova Almeida e Santa Cruz, quando recolheu um vocabulário de uma "índia velha" do grupo Tupiniquim e assistiu a uma "dança de caboclos". Nessa ocasião, o Imperador teria feito a ratificação da doação das terras aos Tupiniquim, segundo a versão indígena.

O Núcleo de Colonização de Santa Cruz, criado em 1877 em áreas dos atuais municípios de Aracruz, Ibirapu e Fundão, apresentava, em 1880, uma população de 55 índios naturais da Província, dividindo o povoamento com famílias de origem italiana e cearense.

No início do século XX, a atuação junto aos índios passa para a esfera do Estado brasileiro sob a responsabilidade do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que cria a Inspetoria do Espírito Santo com o objetivo principal de pacificar os Botocudos que vinham atacando as equipes de construção das estradas de ferro Bahia-Minas e Vitória-Minas que atingiam seus territórios tradicionais. Em seu relatório de 1912, Antonio Estigarribia, inspetor do SPI naquele Estado, menciona vários agrupamentos de índios de língua tupi nas margens das lagoas do baixo rio Doce e no litoral do Estado vivendo da lavoura e do corte de madeira. Essas informações são confirmadas, anos mais tarde, em seu relatório relativo ao ano de 1919.

Dados colhidos pelo Grupo Técnico nos mostram as aldeias existentes na primeira metade do século, muitas desaparecidas devido ao processo de desenvolvimento empreendido na região a partir da década de 50: Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Comboios, Amarelo (Zamarelo), Olho d'Água, Guaxindiba, Lancha (porto da), Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Areal, Saubé (Tombador), Gimuhúna (sertão e litoral), Macaco, Piranema, Potiri, além das localidades Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Morcego (córrego do).

É também por essa época que as pressões sobre as populações indígenas do Estado se intensificam com a entrada da empresa Aracruz Florestal na região e a progressiva expulsão dos índios e a destruição de antigas aldeias como Araribá, Amarelo, Areal, Batinga, Braço Morto, Cantagalo, Guaxindiba, Lancha, Macaco, Olho d'Água e Piranema. O relatório do Grupo Técnico transcreve alguns depoimentos que expressam a violência e o desrespeito de que foram vítimas os grupos indígenas das áreas de interesse da Aracruz Florestal.

Nesse momento, a FUNAI reconhece a existência dos Tupiniquim no Espírito Santo e constata a situação de desamparo a que estiveram relegados. No final de julho de 1975, o então presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Araújo, inicia os procedimentos administrativos necessários para o reconhecimento dos Tupiniquim nesse Estado.

Os Guarani-Mbyá

Por volta de 1966, surgiram as primeiras notícias a respeito de um grupo Guarani-Mbyá no PI Guido Marlière, em Minas Gerais, que, migrando do Estado do Rio de Janeiro, acabou por se fixar mais tarde em Caieiras Velhas.

Os Guarani-Mbyá chegaram ao Espírito Santo em consequência de movimentos migratórios iniciados na década de 40 no Paraguai. Passaram pelos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais até chegar ao Espírito Santo. Passaram antes pela mesma região os subgrupos Nandeva e Kaiwá, sem se estabelecer definitivamente.

INSTITUTO  
Documentação  
SOCIOAMBIENTAL  
Fonte D.O.U. 135(8) 5.1  
Data 13/1/97 Pg 662-5  
Class.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
data 28/02/97  
cod. 050/044/15

A decisão de se assentarem no Espírito Santo, mais precisamente em Caieiras Velhas, foi tomada em função de "revelação" de Tatati, liderança religiosa feminina (kuña karai). De acordo com depoimento de João Carvalho, filho de Tatati, "isso foi em 1966/67. Não tinha a Aracruz Celulose e era tudo mato. (...) Havia muito posseiro e cacique [Tupiniquim] disse para ficar, para lutar junto. Era tudo mato. Gostamos porque era mato puro.

O rio Sauê tinha muito peixe, e no Córrego do Morcego havia água muito boa. (...) Naquela época tinha mata, não tinha eucalipto, só tinha uma estradinha que ia de Barra do Riacho até Aracruz, não tinha nem estrada nem ponte." (Relatório GT 783/94, fl.91)

Assim como em outras regiões por onde passaram, os Mbyá sofreram forte pressão para sair da área, sendo transferidos, em 1972, por iniciativa da FUNAI para uma área Krenak, em Minas Gerais, e, posteriormente, deslocados para a Fazenda Guarani, antigo "centro de recuperação" para índios considerados transgressores. Naturalmente, os Guarani não se acostumaram a esse local, onde índios de diversas etnias eram reunidos, o que gerava inúmeros conflitos. Em 1978, a FUNAI efetuou outra transferência dos Mbyá para a área de Caieiras Velhas. Nesse regresso, os índios encontraram a região sendo desmatada pela Aracruz Celulose, tendo então se unido aos Tupiniquim na defesa do território indígena.

#### HABITAÇÃO PERMANENTE

Na Terra Indígena Caieiras Velhas estão localizadas as aldeias Tupiniquim de Caieiras Velhas e Irajá, e a aldeia Guarani-Mbyá de Boa Esperança, distribuídas numa área de 1519 ha.

Caieiras Velhas é hoje a maior das aldeias Tupiniquim. Estabelecida na região central da Terra Indígena, tem cerca de 1 km de perímetro e várias ruas, além de ser atravessada pela estrada Santa Cruz-Aracruz. Atualmente está localizada perto do rio Piraquê-Açu para facilitar aos Tupiniquim o acesso aos recursos naturais do rio, assim como no passado possibilitou o escoamento e a comercialização de produtos. Em dezembro de 1993, Caieiras Velhas possuía 536 habitantes morando dispersos pelas ruas da localidade.

A aldeia Irajá fica no extremo-oeste da Terra Indígena, e também é cortada pela estrada Santa Cruz-Aracruz. A aldeia é constituída basicamente por duas ruas perpendiculares, sendo uma delas a estrada. Além desse local, existem famílias morando nas áreas de plantações, mais próximas ao Piraquê-Açu. A aldeia existe aí desde o século XIX, quando a região era de mata virgem e os índios ocupavam as duas margens do rio Piraquê-Açu. Em dezembro de 1993, Irajá possuía 148 habitantes.

Hoje as áreas tradicionais de moradia e cultivo dos Tupiniquim foram cercadas e reduzidas, quando foram plantados os eucaliptos. Esses índios tinham uma organização social caracterizada pela agregação de cada grupo doméstico ao seu roçado, o que resultava numa dispersão da comunidade dentro de uma vasta área. Esse modo de vida - o padrão de convivência que resultava dessa ocupação territorial - sofre as pressões resultantes da enorme redução das áreas de moradia e plantio, e da sua fixação em determinados limites, impedindo a tradicional rotatividade das roças. Por um lado, isso provocou uma maior concentração de famílias em alguns núcleos habitacionais, aumentando aldeias como Caieiras Velhas e Irajá, por outro assinalou o estabelecimento de roçados coletivos, opção adotada para a produção de alimentos diante da impossibilidade de manutenção dos núcleos de produção tradicionais.

A aldeia Guarani-Mbyá de Boa Esperança (Tekoha Porã) teve um processo de formação longo, iniciado com a migração de uma família extensa Mbyá desde o Rio Grande do Sul, nos anos 40, até sua chegada no Espírito Santo, nos anos 60. Toda essa trajetória Guarani seguia os ditames de sua religião e organização social. O processo de ocupação e permanência em Caieiras Velhas não foi diferente do que ocorreu - e ainda ocorre - em outras áreas e com outros grupos Mbyá em SP, RS e, atualmente, no Paraguai.

Quando chegaram ao Espírito Santo, na década de 60, os Guarani-Mbyá foram morar junto aos Tupiniquim de Caieiras Velhas. No início dos anos 70, a Administração Regional da FUNAI de Governador Valadares transferiu-os para junto dos índios Krenak, em Minas Gerais, e depois para a Fazenda Guarani. Após enfrentar péssimas condições de sobrevivência, conseguiram retornar, em 1978, para Caieiras Velhas, e participar, junto com os Tupiniquim, das lutas pela definição das Terras Indígenas do Espírito Santo.

Hoje em dia, como resultado de todo esse processo, os Mbyá ocupam uma parte da área de Caieiras Velhas, no limite sul, às margens do Piraquê-Açu. A localização das casas acompanha uma distribuição criteriosa calçada em modo próprio de apropriação do espaço. Assim, o Tekoha divide-se em pequenas regiões dentro de sua área, cada uma delas correspondendo a um grupo familiar extenso, cujas famílias nucleares se subdividem em casas que ocupam a região sob seu domínio. Em dezembro de 1993, havia 169 Guarani-Mbyá em Boa Esperança.

Na Terra Indígena Pau Brasil há apenas a aldeia Tupiniquim de Pau Brasil. Cercada de plantações de eucaliptos por todos os lados, a aldeia tem o perfil de "ilha", explicando seu isolamento das outras comunidades e da sociedade regional.

A aldeia Pau Brasil existe desde o século XIX. Na época, a região era de mata fechada, conhecida como "sertão do Sahy". Aí as unidades familiares Tupiniquim ocupavam uma área progressivamente aumentada e subdividida pela família extensa, enquanto parentes e afins se agregavam, aumentando o núcleo residencial.

Na época em que foi delimitada a atual Terra Indígena Pau Brasil, os Tupiniquim não só sofreram a redução de seus roçados e da área de circulação para a caça e coleta, como tiveram que concentrar toda a população no perímetro da aldeia, composta apenas de uma rua/estrada e a "praça" do campo de futebol. Como consequência, alteraram seu padrão tradicional de uso da terra, dando início a roçados coletivos, opção encontrada para a produção de alimentos. Em dezembro de 1993, havia 212 habitantes em Pau Brasil.

#### ATIVIDADES PRODUTIVAS

##### Os Tupiniquim de Caieiras Velhas e Pau Brasil

Como mencionamos, anteriormente, os Tupiniquim espalhavam-se por várias aldeias na área do atual município de Aracruz, muitas delas desaparecidas em consequência do processo de desenvolvimento adotado pelo governo com base na implantação de um modelo de agro-indústria voltado para a produção de celulose.

As 17 aldeias Tupiniquim, além de algumas outras localidades, apresentavam, de uma forma geral, um padrão de ocupação da área caracterizado por casas no centro da mata, afastadas, com roçados de mandioca, feijão, milho, cana, cará, além de árvores frutíferas como banana, jaca, caju, guaviroba, manga, limão. A caça na região era abundante e variada (tatu, caititu, paca, cotia, veado, jacú, tamanduá, jacutinga, jacupemba, macuco, quati), sendo freqüente, durante os depósitos colhidos pelo Grupo Técnico, os Tupiniquim declararem que criaram seus filhos com carne de caça, num claro contraponto aos hábitos alimentares a que estão submetidos hoje. Atualmente, a criação de pequenos animais - "animais de quintal" - como galinha, porco, cabra, vem, parcialmente, complementando a alimentação do grupo. A criação de gado, ainda muito incipiente devido à ausência de pastagens adequadas, consiste também numa tentativa de melhorar as condições de vida desses índios.

A pesca é referida como uma importante atividade, uma vez que muitas dessas aldeias se situavam às margens de rios e córregos piscosos. A variedade de peixes como robalo, traíra, carapeba, tucunaré, morobá, piaba, sarapó, jundiá, além de camarão, caranguejo e ostras, propiciava uma rica fonte de alimentação, assim como de recursos financeiros. A venda de cal, de caranguejo e mariscos, além de farinha de mandioca, nas cidades próximas (Barra do Riacho, Santa Cruz), garantia a compra de mercadorias não produzidas na aldeia.

O artesanato era igualmente uma atividade comum entre os Tupiniquim e importante fonte de renda. Era na "mata grossa" onde se situava grande parte das aldeias e onde eram coletadas as matérias-primas essenciais para a confecção de armadilhas de pesca (quitambu, jequiá), colheres de pau, gamelas, esteiras, remos, peneiras, cestos, samburás, balaios, tipitís. Hoje, encontrar taquara, taboa, guarumá e embira requer muito esforço.

Os laços comunitários eram mantidos pelos "ajutorios" como mutirão para abertura de roça, divisão de um animal de caça, troca de produtos. Outro mecanismo de reforço das relações entre as aldeias eram as festas religiosas, como a "Dança de Tambor" quando os "índios das matas" se dirigiam para Caieiras Velhas e Pau Brasil. Hoje, além das festas, o futebol é uma atividade que propicia a integração entre as aldeias e entre os índios e a sociedade regional.

Na Terra Indígena Caieiras Velhas, as atividades econômicas predominantes continuam sendo a agricultura e a pesca, apesar das sérias alterações ambientais decorrentes do plantio de eucalipto nas regiões que circundam as aldeias. Alguns hábitos tradicionais de organização espacial e formas de produção foram alterados tendo em vista a redução de suas áreas e o desgaste do solo.

Além das formas tradicionais já mencionadas, a venda de produtos como o coco na época do verão, mariscos e artesanato para a população local e turistas constitui outra forma de obtenção de recursos para a sobrevivência do grupo. Paralelamente, muitos Tupiniquim de quase todas as aldeias trabalham na condição de mão-de-obra desqualificada, o que implica a saída de famílias das suas terras para morar na periferia das cidades.

A ocupação econômica principal é a agricultura já que a pesca e a mariscagem não são mais possíveis devido à degradação dos córregos Sahy, Guaxindiba e Santa Joana que estão secando e poluídos pelos defensivos agrícolas usados no reflorestamento. Na tentativa de superar essas condições desfavoráveis de Pau Brasil (área reduzida, pouca fertilidade do solo), os Tupiniquim vêm desenvolvendo roçados coletivos de feijão, aliados às roças de mandioca e milho e à plantação de árvores frutíferas. As verduras e legumes são obtidos com a horta coletiva da escola da aldeia.

A criação de porcos e galinhas é a forma de garantir proteína animal na alimentação, uma vez que a caça é inexistente na Terra Indígena e é prática proibida nos domínios da Aracruz Celulose.

Os conflitos com a empresa Aracruz, por outro lado, reforçaram e ampliaram as regras que orientavam as atividades de suas unidades familiares. Nesse quadro, em todas as Terras Indígenas Tupiniquim surgiram a figura do cacique e o Conselho Indígena como formas de suporte político para a mobilização na luta pela retomada do território indígena.

O interesse e a valorização dos aspectos étnicos, o acesso às suas terras tradicionais, a recuperação das relações comunitárias figuram como elementos essenciais que propiciam uma revitalização cultural e um reconhecimento dos Tupiniquim enquanto povo diferenciado.

##### Os Guarani-Mbyá

Foi a mobilização dos Guarani que fez com que área de mata onde vivem hoje, no limite sul da Terra Indígena Caieiras Velhas, junto ao Piraquê-Açu, fosse preservada do processo de desmatamento efetuado pela Aracruz Celulose.

Na aldeia Boa Esperança viviam, em 1993, 169 Guarani distribuídos em cerca de 40 famílias. Plantam mandioca e milho, além de abacaxi, banana e outras árvores frutíferas. As condições ambientais não são boas, a terra é insuficiente e desgastada, o que limita a produção de alimentos. Dessa forma, a atividade principal é o artesanato que comercializam na região. Para tanto, a mata é de grande importância fornecendo matérias-primas essenciais à confecção dos artefatos.

A exiguidade de terra e o esforço em manter o resto de mato fazem com que os Mbyá ocupem praticamente toda a área a eles disponível com suas casas, caminhos, plantações de árvores frutíferas e pequenas roças familiares.

Esse esforço dos Mbyá é, contudo, conturbado por três construções que interferem no dia-a-dia dos índios, gerando situações de perigo e risco à integridade do grupo e do território. A área é cortada por uma estrada de rodagem de tráfego intenso que liga Santa Cruz a Aracruz e faz a comunicação com o bairro Coqueiral. Passa também pelas terras Guarani uma tubulação de gás da Petrobrás que cruza subterraneamente uma faixa considerável de suas terras. Uma terceira construção é um lago artificial, cercado com arame farpado e construído a cerca de 200 m da margem esquerda do rio Piraquê-Açu. Trata-se da Lagoa de Oxidação do Departamento de Águas e Esgotos do município de Aracruz. Regionais ou funcionários da FUNAI desconhecem de quem é a responsabilidade em caso de eventuais danos à área ou a alguém que, inadvertidamente, entrar em contato com os depósitos ali existentes.

Nos últimos vinte anos, a história dos Tupiniquim e dos Guarani do Espírito Santo tem sido marcada por vicissitudes de toda sorte. Além das dificuldades para a garantia de meios básicos de sobrevivência, questões quanto à regularização fundiária e reconhecimento dos seus direitos enquanto grupos indígenas têm sido constantes.

#### MEIO AMBIENTE

##### Áreas Tupiniquim

As comunidades Tupiniquim de Caieiras Velhas enfrentam hoje uma conjuntura de degradação das condições ambientais na Terra Indígena.

Antes da entrada da Aracruz Celulose na região, a caça era um complemento alimentar significativo entre os Tupiniquim. Com a derrubada da floresta para o plantio de eucaliptos, a fauna foi praticamente extinta. Os Tupiniquim lembram que criaram os filhos com carne de caça, o que seria impossível hoje.

O que resta das matas nativas dentro da Terra Indígena, junto com capoeiras, constituem "ilhas" do antigo ecossistema local, cercadas por um "mar" de eucaliptos. As regiões de plantio estão totalmente cercadas pelas florestas de eucalipto, que provocaram grandes alterações no meio ambiente. Os índios sabiam obter sua sobrevivência naquele ecossistema.

Os técnicos do GT responsáveis pelo levantamento fundiário identificaram os solos dessa Terra Indígena como desgastados, de fertilidade baixa a regular. O que constatamos em campo é que, embora existam terrenos dentro da Terra Indígena para se estender os roçados, como os Tupiniquim fazem atualmente, "caminhando" para Irajá, no balanço geral, as áreas agricultáveis não são muitas, o que, dentro das atuais condições de produção agrícola dos Tupiniquim e diante do crescimento demográfico nessas aldeias, logo ocasionará carência de alimentos. Hoje, o futuro dos Tupiniquim de Caieiras Velhas é incerto e difícil, diante da realidade demográfica e do possível esgotamento da produção agrícola frente às necessidades cotidianas.

Na Terra Indígena Pau Brasil, verificamos que, principalmente nos limites sul, oeste e norte, onde a Aracruz Celulose chegou a plantar eucaliptos - posteriormente retirados, na época da demarcação -, os índios encontram dificuldades no uso da terra. Os solos têm fertilidade "regular a baixa", são ácidos, com "elementos tóxicos". Quando andam pelo mato que restou na Terra Indígena, os índios acham animais mortos pelo "veneno" usado para proteger o eucalipto.

Quando a Aracruz Celulose entrou na área, proibindo a pesca, a caça e até os roçados, os índios ainda não imaginavam o que aconteceria com seus córregos - hoje reduzidos a riachos estreitos. Além disso, a chuva carrega para suas águas os defensivos agrícolas utilizados no reflorestamento. Assim fica difícil encontrar peixe, dizem os índios, pois o "veneno" acabou com quase tudo.

Os índios de Pau Brasil procuram agir aproveitando os escassos recursos naturais existentes num quadro de profunda alteração do ecossistema. Mas ao perderem boa parte do espaço necessário à reprodução da comunidade, quando da demarcação, os Tupiniquim de Pau Brasil sentiram ainda mais a degradação do meio ambiente dentro da Terra Indígena e no seu entorno. Hoje, Pau Brasil vive da incerteza que a deterioração do ecossistema trouxe - rios secando, terrenos pobres, fauna inexistente -, mas vive também do desejo de "recuperar" o mato e abrir novas roças, após a unificação das Terras Indígenas Tupiniquim.

##### Área Guarani-Mbyá

Em 1978, ao regressar a Caieiras Velhas, vindos da Fazenda Guarani em Minas Gerais, os Guarani-Mbyá encontraram o desmatamento já avançado onde a Aracruz Celulose implementava o plantio de eucalipto. Nessa ocasião, entraram em confronto com os trabalhadores da empresa, tentando evitar a derrubada da mata, mas só conseguiram a preservação do limite sul da Terra Indígena, onde vivem até hoje. Com o desmatamento, os córregos secaram, os peixes sumiram, a caça praticamente acabou. A qualidade do solo para o cultivo piorou com os defensivos agrícolas usados no reflorestamento. Além disso, foram construídas duas "benfeitorias" dentro da área habitada pelos Guarani: uma tubulação de gás da Petrobrás, e um lago artificial que pertence a um sistema de

tratamento de esgoto. Tais obras não são de nenhuma utilidade para os índios, podendo colocar em risco a saúde da população da aldeia Boa Esperança.

Foi diante desse quadro de degradação ambiental que os Tupiniquim e Guarani defenderam a proposta de unificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil. Após denunciar a progressiva destruição das matas e solos da região pelo reflorestamento com eucalipto, e concluir que o futuro imediato de suas comunidades estava ameaçado, os índios procuraram definir quais áreas eram imprescindíveis à sua sobrevivência sócio-econômica e cultural. Perante os técnicos do GT, os Tupiniquim reivindicaram a posse da área de suas antigas aldeias, de onde foram expulsos, para manter seu tradicional sistema de manejo dos recursos naturais. A restauração ambiental, em larga escala, seria associada ao aumento da produção econômica, em moldes decididos pela comunidade. Já os Guarani buscam melhores terrenos para seus roçados e a ampliação da mata onde coletam material para artesanato.

**REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL**

**Os Tupiniquim**

Em dezembro de 1993, a aldeia Caieiras Velhas possuía 536 habitantes. Além das relações de parentesco que se estendiam por duas ou três aldeias, os Tupiniquim de Caieiras mantinham laços de afinidade com regionais, constituindo cerca de 20% do total dos casamentos desse grupo a união com capixabas, mineiros, etc. Em 1980, a antropóloga Sônia Marcato encontrou 226 Tupiniquim em Caieiras Velhas. Comparado com o número recente de habitantes dessa aldeia, a população mais do que duplicou, graças aos Tupiniquim que retornaram para a área após a demarcação de 1983, aos casamentos interétnicos e, principalmente, à alta taxa de natalidade estabelecida após a garantia da terra.

A aldeia Tupiniquim de Irajá possuía 148 habitantes em dezembro de 1993. Como alguns moradores antigos foram afastados de sua área pela entrada da Aracruz Florestal na década de 60, o levantamento da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizado em 1976, encontrou apenas uma família Tupiniquim em Irajá naquela época. Das atuais 28 famílias Tupiniquim, 23 se instalaram em Irajá durante ou após a demarcação, e 5 resultaram de casamentos interétnicos.

A aldeia Pau Brasil, localizada na Terra Indígena Pau Brasil, possuía 212 habitantes em dezembro de 1993. Das 45 famílias recenseadas, 9 foram constituídas por casamentos interétnicos. Em todas as aldeias Tupiniquim das três Terras Indígenas, os filhos desses casamentos interétnicos são considerados pela comunidade como crianças Tupiniquim. No levantamento da UFES de 1976, foram encontradas em Pau Brasil 12 famílias Tupiniquim. Já a antropóloga Sônia Marcato deparou-se, em 1980, com 76 Tupiniquim, divididos em 16 famílias. Comparados com os números do censo recente, a população dessa aldeia triplicou em 13 anos. Isto se deve ao fato de que 11 famílias Tupiniquim retornaram ou migraram para a área, e que a garantia da terra incrementou a taxa de natalidade.

Entre os Tupiniquim, cabia às festas religiosas, caracterizadas pela "Dança do Tambor" ou "Banda de Congo", o papel de estreitarem laços de parentesco, pois possibilitavam o surgimento de relações de afinidade entre as aldeias. Ao longo deste século, as famílias indígenas embrenhavam-se pelas matas, a caminho da aldeia onde houvesse a "Festa do Tambor", tradição indígena secular, assinalada por viajantes e cronistas no século XIX. Por possibilitar o contato, as trocas e a integração simbólica das comunidades indígenas, era e é uma atividade que sempre reitera a identidade dos "caboclos" Tupiniquim.

A "Dança do Tambor" acabou em Pau Brasil há alguns anos, quando os índios passaram a concentrar os festejos em Caieiras Velhas, associando a antiga tradição dos ritos religiosos, dos festejos dos dias santos, às comemorações diversas, como o Dia do Índio.

Os Tupiniquim são majoritariamente católicos. Além desses, há algumas décadas a Assembléia de Deus está presente em Caieiras Velhas, onde recentemente os Pentecostais da igreja "Deus é amor" instalaram também uma casa de culto religioso. Em Pau Brasil, além dos católicos, é crescente a presença de índios ligados à igreja Batista. Do que as comunidades revelaram ao GT, seus rituais estão restritos aos festejos religiosos - dia do padroeiro do lugar e outros santos -, centralizados na "Dança do Tambor". Enterram seus mortos seguindo os rituais de sua religião: os mortos de Caieiras e Irajá são enterrados em Santa Cruz, os de Pau Brasil em Barra do Sahy. Entretanto, com a descoberta recente de um sítio arqueológico Tupi, fronteiro à Terra Indígena Caieiras Velhas - na outra margem do rio Piraquê-Açú -, passaram a valorizar a preservação desses antigos lugares. O conhecimento de outros antigos sítios ou cemitérios indígenas perdeu-se na memória da velha geração Tupiniquim, e com a destruição das matas da região. Assim mesmo, os índios afirmam que existiam antigos locais de sepultamento no "sapé do macaco", lugar situado entre Irajá e Aracruz, e em Destacamento, local de uma antiga aldeia onde está instalada hoje uma fazenda.

**Os Guarani-Mbyá**

É preciso conhecer o "modo de ser" (Teko), o "sistema" Guarani para entender a presença dos Mbyá no Espírito Santo.

A noção de território (tekoha guasu) para os Mbyá é abrangente, envolvendo todos os locais ocupados por seus antepassados, e uma área que atenda a determinadas necessidades, reunindo assim condições apropriadas à reprodução dos costumes e permitindo a instalação de uma comunidade. O tekoha é esse lugar onde os Mbyá podem viver o seu "sistema".

Fatores objetivos, como a deterioração da terra, e subjetivos, do âmbito de sua religião e cosmogonia, provocam migrações para os Mbyá. A "busca da terra sem mal" (yvy marã'ey), espaço mitológico onde há fartura, é também a procura de uma "terra boa", mata intocada onde é possível viver e produzir. É esse significado polissêmico das concepções Guarani que nos permite entender a presença dos Mbyá no Espírito Santo.

Foi Tatatt Reté, uma liderança religiosa feminina (kuña karai), falecida em 1994, que liderou junto com o marido, o karai (xamá) Miguel Benítez, a movimentação de sua família extensa, iniciada no Rio Grande do Sul, na década de 40, até a chegada no Espírito Santo, na década de 60.

A decisão de se estabelecer em Caieiras Velhas foi tomada em função da "revelação" que Tatatt teve em sonhos, de que aquele era o lugar que desejavam ocupar e construir uma casa de rezas (opy).

Os Mbyá, à medida que se estabelecem em determinado lugar, recebem familiares de outras regiões que, no processo, vão ocupando e garantindo a terra. O grupo que chegou a Caieiras Velhas na década de 60 era reduzido. Com a agregação de parentes, somaram em 1993, 169 Mbyá habitando em Boa Esperança. Esse tekoha porá é, assim, o espaço onde os índios encontraram as condições de reproduzir seus costumes, renovando mitos e ritos. Entretanto, nos últimos anos já enfrentam problemas com a progressiva deterioração do solo e de outros recursos naturais.

**LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO**

O processo com vistas à regularização das terras Tupiniquim teve início em 1975, quando foi firmado convênio entre FUNAI, Universidade Federal do Espírito Santo e Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social para proceder "pesquisa antropológica junto aos grupos indígenas, localizados nas redondezas de Aracruz, bem como ativar a proposta de Reserva para o grupo". A necessidade de um levantamento sócio-econômico se dava em função de uma crescente mobilização por parte dos índios para reconquistar suas terras frente à ocupação da Aracruz Celulose e do fato de a FUNAI não dispor de dados sobre população, região onde residiam, características da área. Nessa ocasião, o governo do Estado comprometeu-se a tomar providências no sentido de sustar qualquer venda de terras no Espírito Santo visando facilitar a escolha de uma área para assentamento dos Tupiniquim.

O primeiro estudo realizado por equipe da FUNAI com vistas à delimitação de uma área indígena para os Tupiniquim foi realizado pelo Subgrupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 406/E de 01.06.78. Por esse estudo

os Tupiniquim ficariam "ilhadados" em áreas diminutas que não poderiam atender ao mínimo necessário à sobrevivência do grupo indígena. Os Tupiniquim e Guarani encontravam-se "confinados" em uma área de 40 ha que a Aracruz Celulose alegava ser de sua propriedade. Diante da total impropriedade da situação a que estavam submetidos os índios e de uma série de denúncias e confrontos envolvendo índios e a Aracruz Celulose, um ano mais tarde foi instituído, pela Portaria nº 565/E/79, outro grupo de trabalho para realizar a eleição de área para a Reserva Indígena Tupiniquim, que originou a Portaria nº 609/N de 08.11.79 delimitando as áreas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Ilha de Comboios de ocupação dos índios Tupiniquim, localizados nos municípios de Aracruz e Linhares.

Por esse instrumento, Caieiras Velhas ficaria com 2.700 ha e 32 km de perímetro, Pau Brasil com 1.500 ha de área e 18 km de perímetro, e Comboios com 2.300 ha, constituindo o "mínimo para garantir a sobrevivência do grupo", conforme informação do próprio engenheiro do Grupo Técnico José Jaime Mancini. As conclusões do GT 565/79 e a Portaria 609/N provocaram imediatas reações por parte da direção da Aracruz Celulose que se colocou como legítima proprietária da área, tratando os índios como invasores e acusando a FUNAI de pretender "confiscar 4.200 ha de nossas propriedades florestais". As pressões para a mudança da Portaria 609 e a eleição de uma área que atendesse aos interesses da Aracruz foram crescendo. Como alternativa, o vice-presidente executivo da empresa propôs ao presidente da FUNAI, Cel. João Nobre da Veiga, a doação ao órgão indigenista de uma área de 800 ha de sua propriedade.

Apesar das tentativas dos Tupiniquim e Guarani de fazer valer seus direitos e do firme intuito de eles próprios demarcarem as áreas conforme os limites definidos na Portaria 609/N, os índios tiveram suas áreas diminuídas, de acordo com os interesses da Aracruz Celulose. Para essa solução, contribuíram, significativamente, os pareceres do chefe do Setor de Regularização Dominial da FUNAI, Dr. Ismael Marinho Falção, e o Relatório da Missão nº 27/80, de caráter confidencial, que tinha como finalidade principal "estudar e procurar resolver os atritos entre Aracruz Celulose S.A. e as comunidades indígenas Guarani e Tupiniquim", buscando obter um "acordo amigável" entre as partes envolvidas.

Por esse acordo firmado a 26.05.81, a Aracruz Celulose S.A. e a Santa Cruz Urbanizadora S.A. doavam à FUNAI quatro áreas de terra para uso da comunidade Tupiniquim. Em agosto do mesmo ano, a Companhia Vale do Rio Doce fez à FUNAI a doação de uma área com superfície de 139,83 ha.

Dessa forma, foram demarcadas e homologadas, em 1983, como de posse permanente dos Tupiniquim e Guarani: Caieiras Velhas, 1.519 ha (Decreto nº 88.926 de 27.10.83), Pau Brasil, 426 ha (Decreto nº 88.672 de 05.09.83) e Comboios, 2.546 ha (Decreto nº 88.601 de 09.08.83), retirando aos índios mais de 2.000 ha em relação à área eleita pela Portaria 609/N/79.

A situação de confinamento a que foram submetidos os Tupiniquim e Guarani de Caieiras Velhas e Pau Brasil provocou alterações na organização social e nas relações de ocupação. A impossibilidade de circular em por uma área que dominavam e de onde obtinham os recursos necessários à sua subsistência gerou um processo de isolamento interno e entre as terras demarcadas.

A escassez de terras é, sem dúvida, o maior obstáculo para que os Tupiniquim e Guarani se reproduzam e se afirmem enquanto grupo étnico. Nesse sentido, os índios foram se mobilizando para a reconquista de seu território tradicional para o que contaram com o apoio de organizações e instituições diversas.

Em 1993, os Tupiniquim encaminharam ao presidente da FUNAI a reivindicação de anexar 13.274 ha às terras em que vivem. Em face da referida reivindicação e com o objetivo de reestudar os limites das Terras Indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios foi composto um grupo técnico pela Portaria nº 783/94 de 30.08.94.

A princípio, os índios pensavam na unificação das três terras indígenas, conformando um território único com 17.765 ha. Todavia, essa proposta se mostrou inviável tendo em vista, por um lado, a alta densidade populacional na faixa do litoral e, por outro lado, o sistema de infra-estrutura pluvial e lacustre para funcionamento da fábrica da Aracruz Celulose que seria atingido com esse novo traçado.

Assim, o Grupo Técnico, juntamente com os índios, concluiu pela unificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil, perfazendo uma superfície de 14.270 ha e 53 km de perímetro. A unificação permite a retomada dos territórios de antigas aldeias como Areal, Cantagalo, Araribá, Braço Morto, Olho d'Água, Guaxindiba, Amarelo, Lancha, Batinga entre outras e a recomposição de relações de parentesco e cooperação.

A dimensão das atuais terras indígenas não permite a sobrevivência ou o crescimento do grupo em condições adequadas e segundo seus padrões tradicionais de ocupação da terra e produção de alimentos. A demarcação de 1983 estimulou a volta de muitas famílias que se encontravam em outras localidades, contudo provocou um incremento demográfico que tornou inviável viver em áreas tão reduzidas.

Outro ponto que norteou o traçado da proposta de delimitação apresentada pelo GT 783/94 foi a busca de melhores terrenos para roçado pelos Guarani-Mbyá da aldeia Boa Esperança, incluindo na Terra Indígena Tupiniquim:

- área na confluência do rio Piraquê-Açú, a estrada Santa Cruz-Aracruz e os limites atuais da TI Caieiras Velhas. Segundo os Guarani, essa área, que pertence ao território Tupiniquim, não foi incluída na demarcação de 1983 para permitir a instalação de uma Estação de Esgoto.
- área conhecida como "matinho" que se estende até a periferia do bairro Coqueiral. Trata-se de uma área importante, onde os Mbyá podem coletar matérias-primas para a confecção de artesanato.

Essa área é ainda acrescida de alguns hectares junto ao cruzamento formado pela estrada que conduz a Coqueiral que, após um trabalho de reflorestamento, poderá ampliar o "matinho".

As áreas eleitas incidem sobre terras que a Aracruz Celulose assume como de sua propriedade - 12.324 ha ocupados por florestas de eucaliptos -, apesar de relatos sobre o processo de expulsão dos índios da região e de denúncias quanto ao processo de regularização fundiária dessas terras, como, por exemplo, carta do biólogo A. Ruschi encaminhada ao Presidente da FUNAI em 14.08.76: "... há muito eucaliptal plantado pela Aracruz Florestal em terra que não estão até hoje escrituradas para esse grupo, pois são terras dos Tupiniquim, e para ser checada tal alegação, basta que se vejam os cadastramentos das terras no INCRA que estão em nome do Grupo Aracruz, sem o domínio respectivo; o pior é que estão plantadas também com eucaliptos." (Proc. FUNAI/3649/75, fl. 47)

Cabe lembrar também que dentro da área da nova proposta encaminhada pelo GT 783/94, além da existência de extensos plantios de eucaliptos, passam uma rede de alta tensão, que fornece energia elétrica a toda região e, principalmente, às instalações da Aracruz Celulose, e estradas que servem ao escoamento da produção de madeira. Além dessas interferências diretas na TI Tupiniquim, há outros elementos externos que causam impactos na área como a Lagoa de Oxidação, o bairro de Coqueiral, a fábrica da Aracruz.

Vale ainda registrar que, conforme mencionam os membros do Grupo Técnico, a Aracruz S.A. não colaborou no fornecimento de informações essenciais para a avaliação de "benfeitorias" na área identificada para a unificação de Caieiras Velhas e Pau Brasil.

**CONCLUSÃO**

De acordo com a Constituição brasileira, são reconhecidos aos índios o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam, definindo-as com base nos seguintes pressupostos: habitação em caráter permanente, terras que utilizam para suas atividades produtivas, terras que são imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A ocupação tradicional do litoral norte do Espírito Santo pelos Tupiniquim é secular e imemorial. Mesmo após massacres, guerras e catequese jesuítica, os Tupiniquim permaneceram na região como grupo diferenciado da sociedade regional, mantendo a posse de suas terras. Constituíam pequenas comunidades compostas por grupos familiares voltados para a produção direta e vivendo segundo seus usos e costumes.

Apesar de muitas vezes serem referidos como "índios civilizados" por cronistas e viajantes ou mesmo como caboclos, os Tupiniquim mantiveram-se fiéis às suas tradições e princípios culturais, que são acionados e muitas vezes reforçados em situações de conflito. As práticas de não reconhecimento dos índios enquanto grupo étnico diferenciado, chegando mesmo a considerá-los extintos ou inexistentes ou impondo-lhes uma

"assimilação" à sociedade regional, são frequentes ao longo da história brasileira.

O conhecimento e o domínio de um território funciona como fator de identificação e troca entre as famílias indígenas. Regras de acesso à terra como posse e domínio comunal, aliadas à apropriação doméstica e individual do produto do trabalho e à identificação de grupos familiares aos roçados, como acontecia em Cantagalo e Araribá, permitem a reprodução de vida tradicional entre os Tupiniquim e Guarani.

A degradação das condições ambientais, devido à destruição das matas nativas, de onde os índios sempre obtiveram seu sustento, e o plantio de "florestas" de eucalipto provocam um sentimento de incerteza. Córregos secos, fauna escassa, terras inadequadas à agricultura são as características presentes na área que já foi uma das mais diversificadas da região Sudeste. A presença de extensas áreas homogêneas de florestas de eucaliptos submetidas a intenso cultivo, aliada à implantação de indústria de celulose, resultou em profundas transformações no meio ambiente, que as empresas envolvidas insistem em negar.

As sucessivas subtrações de terras em seu território tradicional, em função de políticas equivocadas, vêm, ao longo dos anos, restringindo e, em alguma medida, inviabilizando os direitos e perspectivas desses povos indígenas.

Os Tupiniquim e Guarani-Mbyá reivindicam a unificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil porque essas áreas não possuem condições adequadas para a sobrevivência física e cultural da população indígena, colocando em risco o seu futuro imediato. Assim, eles propõem a anexação de antigas terras indígenas onde viviam tradicionalmente em mais de dez aldeias, antes de serem expulsos por empreendimentos econômicos, notadamente da Aracruz Celulose S.A.

Para enfrentar condições adversas de sobrevivência, os Tupiniquim e os Guarani-Mbyá, em conjunto com os técnicos do GT 0783/94, definiram consensualmente uma proposta de unificação das Terras Indígenas Caieiras Velhas e Pau Brasil, com a anexação de 12.324 ha às atuais Terras Indígenas, totalizando 14.270 ha. Tal área foi delimitada após se verificar a impossibilidade de ser atendida a reivindicação inicial dos índios, de unificação das atuais três Terras Indígenas Tupiniquim. A nova Terra Indígena Tupiniquim tem os limites a seguir discriminados no memorial descritivo e na carta topográfica da área.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1996

Carlos Augusto da Rocha Freire  
Coordenador do GT 0783/94

Maria Elizabeth Brêa Monteiro  
Antropóloga do Museu do Índio

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF  
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO - DEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Denominação  
Terra Indígena TUPINIQUIM  
Aldeia Integrante  
Caieiras Velhas, Pau Brasil e Boa Esperança  
Grupos Indígenas  
Tupiniquim e Guarani Mbyá  
Localização

Município: Aracruz

Estado: Espírito Santo

Administração Regional: ADR Governador Valadares

Extremos	Latitude	Longitude
Norte :	19°49'00" S	40°12'55" Wgr
Leste :	19°50'28" S	40°06'10" Wgr
Sul :	19°57'05" S	40°09'52" Wgr
Oeste :	19°51'02" S	40°15'03" Wgr

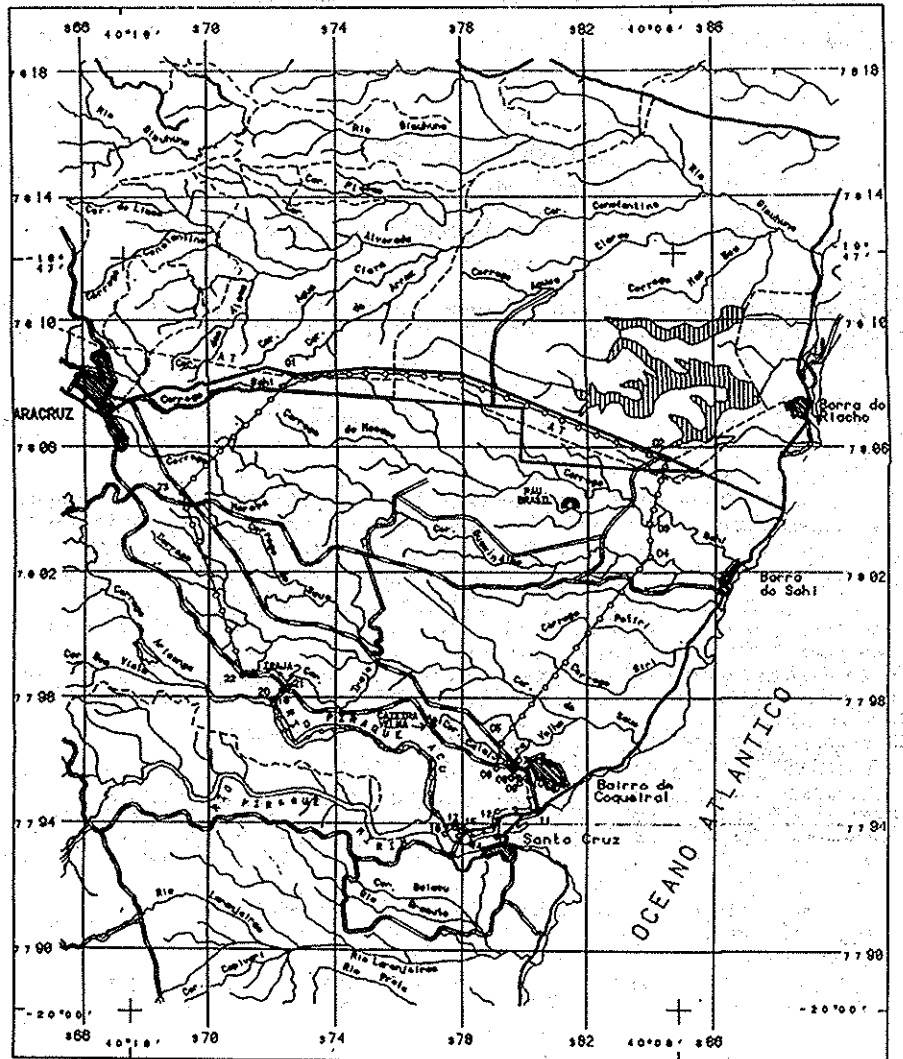
Nomenclatura	Base Cartográfica	Órgão	Ano
SE 24-Y-D-IV	Escala 1:100.000	D S G	1979

Superfície: 14.270 ha (quatorze mil, duzentos e setenta hectares) aproximadamente.  
Perímetro: 53 km (cinquenta e três quilômetros) aproximadamente.

Descrição do Perímetro

NORTE: a presente descrição perimétrica inicia-se no Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 19°49'00" S e 40°12'55" Wgr, situado na faixa de domínio da rodovia ES-257, do lado direito de quem vai de Aracruz para a Fábrica da Aracruz Celulose; daí, segue pela faixa de domínio da citada rodovia, na direção geral leste, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 19°50'28" S e 40°06'10" Wgr. LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, com azimute e distância aproximados de 195°25' e 2.215 metros, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 19°51'35" S e 40°06'30" Wgr; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância aproximados de 179°35' e 1.050 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 19°52'10" S e 40°06'30" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 218°15' e 7.550 metros, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 19°55'22" S e 40°09'12" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 192°55' e 825 metros, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 19°55'48" S e 40°09'18" Wgr, situado na faixa de domínio esquerda da estrada que vai do Bairro Coqueiral à Aldeia de Caieiras Velhas; daí, segue pela citada faixa de domínio, na direção sudeste, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 19°55'50" S e 40°09'00" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 192°55' e 250 metros, até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 19°55'58" S e 40°09'02" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 122°00' e 350 metros, até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'04" S e 40°08'52" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 70°10' e 275 metros, até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'01" S e 40°08'43" Wgr, situado na faixa de domínio à direita da estrada que vai do Bairro Coqueiral até a Rodovia ES-010. Do ponto 07 ao 10, a divisa fica próxima de um Posto de Gasolina, algumas casas e uma garagem. Daí, segue pela citada faixa de domínio na direção sudeste, até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'30" S e 40°08'35" Wgr, situado na faixa de domínio da Rodovia ES-010, à esquerda de quem vai de Santa Cruz para Barra do Riacho. SUL: do ponto antes descrito, segue pela citada faixa de domínio, na direção geral sudoeste, até o Ponto 12 de coordenadas geográficas 19°56'41,738" S e 40°09'16,718" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 181°53'17,5" e 455,25 metros, até o Ponto 13 de coordenadas geográficas 19°56'56,535" S e 40°09'17,341" Wgr, situado na margem esquerda do Rio Piraquê-Açu; daí, segue pela margem esquerda do citado rio, a montante, com distância de 1.033,25 metros, até o Ponto 14 de coordenadas geográficas 19°57'04,765" S e 40°09'51,799" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 347°35' e 310 metros, até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'55" S e 40°09'54" Wgr, situado na faixa de domínio da Rodovia ES-010, à esquerda de quem vai de Santa Cruz para Barra do Riacho; daí, segue pela citada faixa de domínio, na direção sudoeste, com distância aproximada de 225 metros, até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'59" S e 40°10'00" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 331°55' e 310 metros, até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'50" S e 40°10'05" Wgr, situado num canto da cerca de uma Lagoa de Oxidação do Departamento de Águas e Esgotos do Município e Aracruz (canto situado ao norte); daí, segue por uma linha reta, confrontando em um trecho com a citada lagoa, com azimute e distância aproximados de 233°05' e 350 metros, até o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 19°56'57" S e 40°10'15" Wgr, situado na margem esquerda do Rio Piraquê-Açu; daí, segue pela margem

esquerda do citado rio, a montante, até o ponto 19 de coordenadas geográficas 19°54'40,846" S e 40°13'21,481" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 335°43'55,3" e 102,96 metros, até o Ponto 20 de coordenadas geográficas 19°54'37,778" S e 40°13'22,913" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 45°28'27,4" e 468,09 metros, até o Ponto 21 de coordenadas geográficas 19°54'27,180" S e 40°13'11,355" Wgr, situado na faixa de domínio da Rodovia ES-124, do lado direito de quem vai da Aldeia de Caieiras Velhas para Irajá; daí, segue pela citada faixa de domínio, até o Ponto 22 de coordenadas geográficas 19°54'11,305" S e 40°13'54,610" Wgr, situado próximo à cabeceira de um córrego sem denominação. As coordenadas geográficas dos pontos 12; 13; 14; 19; 21; e 22 são coincidentes, respectivamente, com as dos pontos 12; 11; 10; 31C; M-31 e M-30 do Decreto nº 88.926/83, de homologação da demarcação da A. I. Caieiras Velhas. OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 341°35' e 6.150 metros, até o Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 19°51'02" S e 40°15'03" Wgr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 44°10' e 5.300 metros, até o Ponto 01, inicial da presente descrição perimétrica. Técnico responsável pela identificação dos limites: Manoel Francisco Colombo, engenheiro agrimensor, DEM/DAF, CREA SP 64.889/D.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PONTO DELIMITADOR DE LIMITE
- CURSO D'ÁGUA
- ALDEIA
- ESTRADA PAVIMENTADA
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO PERMANENTE
- ESTRADA SEM PAVIMENTAÇÃO TRÁFEGO INTERMITENTE
- CAMINHO OU TRILHA
- ALTA TENSÃO
- BARRAGEM
- CIDADE/POVOADO

(Of. nº 2/97)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF			
TERRA INDÍGENA TUPINIQUIM		DELIMITAÇÃO	
ÁREA: 14.270 ha	PERÍMETRO: 53 km	DATA: 13/01/96	SCALE: 1:150.000
MUNICÍPIO: ARACRUZ	ESTADO: ESPÍRITO SANTO	GOV. RESERVA: GOV. VALADARES	PROTEÇÃO: NI - 2542
ELABORADO POR: CARLOS AUGUSTO DA ROCHA FREIRE	REVISÃO: MANOEL FRANCISCO COLOMBO	TERCEIRO: MANOEL FRANCISCO COLOMBO	QUARTA: MANOEL FRANCISCO COLOMBO